

Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH): caminhos de formação, extensão, resistência e esperança em Minas Gerais

Brazilian Network for Human Rights Education (ReBEDH): paths of training, outreach, resistance, and hope in the state of Minas Gerais

Ana Carolina Corrêa Salvio¹
Guilherme Matheus de Sousa Melo²

RESUMO

A Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) é uma organização da sociedade civil, suprapartidária e sem fins lucrativos, fundada em 1995, por um grupo de educadoras/es/ies, pesquisadoras/es/ies e militantes, com o objetivo de fortalecer a democracia brasileira após o período da ditadura civil-militar. Desde então, a ReBEDH tem atuado como espaço coletivo de articulação, formação e resistência no campo da Educação em Direitos Humanos (EDH), influenciando políticas públicas e consolidando a EDH como um campo teórico, prático e político. Além disso, tem sido protagonista na formulação e realização de ações educativas extensionistas em EDH. Assim sendo, este artigo apresenta, brevemente, o histórico da ReBEDH, seu papel na formulação de políticas públicas nacionais e, especialmente, sua atuação no estado de Minas Gerais (MG). A reativação da Rede em 2020, diante dos retrocessos democráticos e violações de direitos no Brasil, marca uma nova fase de fortalecimento institucional e expansão das ações educativas. Em MG, a ReBEDH vem promovendo encontros, cursos, publicações, articulações políticas e construindo redes de formação, comprometidas com a justiça social, equidade e cidadania plena.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania ativa. Políticas públicas.

ABSTRACT

The Brazilian Network for Human Rights Education (ReBEDH) is a non-profit, non-partisan civil society organization founded in 1995 by a group of educators, researchers, and activists with the aim of strengthening Brazilian democracy after the civil-military dictatorship period. Since then, ReBEDH has functioned as a collective space for articulation, training, and resistance in the field

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; presidente do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e do Núcleo de Estudos em Gênero, Diversidade e Sexualidade (Negeds), do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Brasil; coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) no Estado de Minas Gerais, Brasil / Doctoral student in Education, Federal University of Juiz de Fora, State of Minas Gerais, Brazil; president of the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (Neabi) and the Center for Gender, Diversity and Sexuality Studies (Negeds), of the Federal Institute of the Southeast of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; coordinator of the Brazilian Network for Human Rights Education (ReBEDH) in the State of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil (anacarolinacorreia.pedagogia@gmail.com).

² Graduado em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Brasil; responsável pela comunicação e secretariado da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) no estado de Minas Gerais, Brasil / Graduated in Environmental Management, Federal Institute of Southeast Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; responsible for communication and secretarial duties of the Brazilian Network for Human Rights Education (ReBEDH) in the state of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil (guilhermemello7@gmail.com).

of Human Rights Education (HRE), influencing public policies and consolidating HRE as a theoretical, practical, and political field. In addition, it has been a leading player in the creation and implementation of educational outreach actions in HRE. This article briefly presents the history of ReBEDH, its role in the formulation of national public policies, and especially its activities in the state of Minas Gerais (MG), Brazil. The reactivation of the Network in 2020, in the face of democratic setbacks and rights violations in Brazil, marks a new phase of institutional strengthening and expansion of educational actions. In MG, ReBEDH has been promoting meetings, courses, publications, political articulations, and building training networks committed to social justice, equity, and full citizenship.

Keywords: Democracy. Active citizenship. Public policies.

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma construção histórica, política, cultural e epistemológica que se tornou central na luta por sociedades mais justas e democráticas. No Brasil, a consolidação da EDH como campo de saber e de prática social está profundamente relacionada à atuação da sociedade civil organizada e, especialmente, da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH).

A ReBEDH foi criada em 1995, em um contexto de reconstrução democrática no Brasil. A Rede nasceu do desejo de intelectuais, educadoras/es/ies, especialistas, militantes e movimentos sociais por consolidar a democracia brasileira, após o período autoritário da ditadura civil-militar – um dos mais longos e violentos da América Latina. A partir de uma perspectiva crítica e formativa, a ReBEDH começou a atuar como espaço de articulação nacional voltado à promoção da EDH, entendida como processo educativo comprometido com a dignidade humana, a justiça social e a transformação das estruturas opressoras.

É, portanto, nessa nova conjuntura de mudanças políticas, sociais e culturais que se percebeu a necessidade, a importância e a urgência da criação de espaços de resistência, de forma qualificada, no sentido da instrumentalização e formação no campo dos direitos humanos. Desse modo, acreditamos que a luta não é entre o bem e o mal, mas entre a morte e a vida, em favor da vida; da vida das/os/us que morrem quando os direitos humanos não são respeitados, bem como da vida das/os/us marginalizadas/os/es, esfarrapadas/os/es, oprimidas/os/es e excluídas/os/es desse mundo.

Com essa visão, a ReBEDH se constituiu como organização da sociedade civil, suprapartidária e sem fins lucrativos, comprometida com a promoção da EDH como instrumento

de transformação social. Desde sua fundação, ela atua em parceria com a sociedade civil, os movimentos sociais, as escolas e as universidades públicas e privadas, mobilizando docentes, estudantes, pesquisadoras/es/ies e militantes para desenvolver ações formativas, projetos de ensino, pesquisa, extensão e políticas públicas. Essa articulação da sociedade civil, organizada em forma de rede, tem se mostrado essencial para ampliar o alcance, a legitimidade e a eficácia das práticas educativas em direitos humanos.

FUNDAÇÃO E TRAJETÓRIA DA REBEDH

Liderada inicialmente pela socióloga Margarida Genevois, a ReBEDH teve como base a atuação de movimentos sociais que resistiram à ditadura. Esses movimentos entenderam que a consolidação de um Estado democrático de direito exigia formação cidadã, crítica e comprometida com os direitos humanos.

Desde o início, a ReBEDH reuniu pesquisadoras/es/ies, especialistas, docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) e da educação básica, além de militantes com atuação e experiência em movimentos sociais, visando à articulação entre saberes teóricos e práticas políticas, em defesa dos direitos humanos. Marcadamente, a ReBEDH atuou junto aos movimentos sociais da época, que vinham de um trabalho forte e intenso, de militância e resistência à ditadura. A partir disso, refletiram, propuseram e realizaram a EDH no Brasil.

Nesse contexto, a ReBEDH estabeleceu parcerias com universidades públicas e privadas, compreendendo que a produção acadêmica e a extensão universitária são ferramentas centrais para consolidar uma cultura de direitos no país.

Nesse período, a perspectiva principal da Rede era estabelecer um estado democrático de direito, ou seja, fortalecer nossa tão sofrida democracia, bem como construir uma sociedade na qual as pessoas tivessem participação ativa nas políticas públicas. Percebeu-se que, para tanto, era necessário promover formação em direitos humanos. A ideia foi fortalecer as organizações sociais, principalmente aquelas que já tinham iniciado o trabalho no campo da defesa dos direitos humanos, na perspectiva educacional.

Nesse intuito, foi necessário propor uma formação verdadeiramente cidadã, na direção da cidadania ativa – aquela cidadania que se coloca, que prospera, a qual é vivenciada. Para isso, foi imprescindível a estruturação de fundamentação teórico-metodológica para o fortalecimento das

experiências, considerando a pouca produção científica da época, sobre as temáticas dos direitos humanos e da EDH.

Assim, é possível afirmar que a leitura dos trabalhos de Aida Monteiro, Vera Candau, Maria Vitória Benevides, Solon Viola, Fábio Comparato, Maria Nazaré Zenaide, Clodoaldo Meneguelo, Nair Bicalho, Paulo Carbonari e tantas/os/es outras/os/es, fundadoras/es/ies e membras/os/es da ReBEDH, torna-se obrigatória a quem se interessar pela EDH.

A presença ativa de docentes universitárias/os/es e profissionais da educação na ReBEDH demonstra a organicidade entre a Rede e o campo acadêmico. As IES, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão, têm sido espaços estratégicos para a promoção de uma EDH crítica, emancipadora e decolonial. Por isso, a ReBEDH engloba um grupo de educadoras/es/ies, especialistas e militantes que nos ajudam a compreender o que é a EDH, nos orientam acerca de como fazê-la e nos incentivam a revisitar esse conceito, dando a ele novos significados e experiências.

A VOZ COLETIVA DA REBEDH: EXPERIÊNCIAS, CONCEITOS E CAMINHOS PARA A EDH

De modo geral, compreendemos que a tarefa urgente e necessária de educar em direitos humanos só pode ser realizada coletivamente, em rede e por meio de trocas, rodas e giros, tendo o diálogo como elemento essencial. Educar em direitos humanos é essencialmente “com”, é uma proposta construída na coletividade, uma ação educativa que agrega e engloba múltiplas visões e experiências. Face a isso, a ReBEDH se organiza enquanto movimento social, na perspectiva de rede, por meio de coordenações e articulações em todos os estados brasileiros, propondo para a sociedade civil a revisitação e ampliação dos conceitos e ações em EDH realizadas até o momento. Assim, trata-se de uma Rede alicerçada em bases teóricas e conceituais sólidas, que permanece em construção e em movimento, com e para o povo brasileiro.

A vista disso, é importante compreendermos que só somos uma sociedade de direitos, se esses direitos forem para todas/os/es. Caso contrário, somos uma sociedade de privilégios. Nesse sentido, não basta ter direitos, é preciso vivenciar direitos. Para tanto, é fundamental educar em e para os direitos humanos. Assim, só participa efetivamente da democracia e vivencia a cidadania, quem conhece e experimenta os direitos na prática, e na experiência cotidiana da vida humana.

Para aquelas/es/us que já alcançaram a cidadania, que vivenciam e acessam direitos, cabe entender que ainda não é assim para todas/os/es. É preciso lutar contra hierarquização de pessoas, pois como cantou Skank (2022, n. p.), “se o país não for prá cada um[a/e] / pode estar certo / não vai ser prá nenhum”.

A partir dessa compreensão, consideramos que um dos entraves para a não efetivação da EDH não reside essencialmente no aparato normativo brasileiro que a fundamenta, tampouco em sua base teórica e conceitual, uma vez que temos excelentes documentos, diversas legislações e políticas públicas avançadas que pautam e promovem a EDH, além de referencial teórico e conceitual robusto e de alto nível. O desafio encontra-se em como materializar a letra da lei no cotidiano das pessoas, sobretudo, daquelas mais empobrecidas e marginalizadas. Logo, é tarefa primordial da EDH promover conhecimento e entendimento sobre os direitos humanos, para que cada vez mais pessoas possam exercê-los – e aqui concentra-se um desafio histórico, estrutural e de suma importância para a EDH.

Com esse propósito, devemos considerar com atenção que não haja distância entre o que se diz e o que se faz, que tenhamos atitudes e comportamentos para promover a cultura de respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, é indispensável que os discursos em favor da EDH se traduzam em práticas concretas, no cotidiano das instituições, especialmente no âmbito educacional. A coerência entre teoria e prática fortalece a legitimidade das ações desenvolvidas e amplia o alcance transformador da EDH. Isso implica, essencialmente, em assumir posturas éticas, acolhedoras e comprometidas com a dignidade humana em todos os espaços – desde a sala de aula até a gestão institucional –, de modo que os direitos humanos não sejam somente temas abordados, mas experiências vividas e compartilhadas.

Em geral, tratar de direitos humanos não é confortável por tensionar e tocar feridas, bem como marcas profundas: racismo dói e mata, machismo dói e mata, homofobia dói e mata, autoritarismo dói e mata! Contudo, é preciso tensionar e desafiar as estruturas de poder, não as temer. Nesse horizonte, precisamos enfrentar a cultura da opressão, do privilégio e do autoritarismo, visto que a EDH se situa em lado oposto e pressupõe equidade, diversidade, pluralidade, democracia, solidariedade e justiça.

Logo, educar em direitos humanos não se resume a falar sobre direitos humanos – isso é instrução. Educar em direitos humanos transcende isso e tem como premissa instituir um ambiente promotor dos direitos humanos. Nesse contexto, decorar um tratado de direitos humanos não

significa educar em direitos humanos, uma vez que é necessário se colocar no lugar do outro, na alteridade, na fraternidade, na capacidade de amá-lo/a/e, bem como entender e sentir suas dores. Nesse cenário, lembremos de Paulo Freire (2019, p. 12), ao dedicar o livro *Pedagogia do Oprimido*, “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

A EDH caracteriza-se também como uma estratégia política, que diz respeito a medidas teórico-práticas voltadas à alteração de modos de pensar atuais. Ela não tem alinhamento ou vinculação com acumulação de capital, destruição ambiental, autoritarismo, hierarquização de nações e exploração de pessoas – objetivos e compromissos do neoliberalismo. A EDH está inserida em outra perspectiva, aversa a tudo que agride, subalterniza, limita, expõe e violenta o outro. Ela busca construções socioambientais mais justas, equitativas, democráticas e decoloniais, além de ter comprometimento com processos educativos que levam as pessoas a pensar que juntas/os/es podemos construir outro mundo – um mundo melhor, menos cruel, que goste e respeite “as gentes”, em que aprendamos a “ser gente”. Por vezes, as pessoas agredem e são reativas porque aprenderam a ser assim. Se aprenderam isso, também podem aprender e percorrer o caminho do amor, do respeito, da dignidade, do afeto e da alegria, que se traduz na *práxis* de uma coexistência humanizada e humanizante. A EDH precisa da razão, porém, ainda mais da sensibilidade, da emoção e da coragem para enfrentar as estruturas opressoras.

Como nos ensinou Gramsci (2000), é necessário ter pessimismo da razão e otimismo da vontade. Isso significa dizer que precisamos ter duas preocupações: uma com coisas imediatas, ou seja, o que podemos fazer em nossos espaços, em nossa realidade e em nosso dia a dia, a partir das próprias contradições do sistema capitalista, em busca desse outro mundo; e, por outro lado, a preocupação com um projeto alternativo de sociedade, que talvez não seja vivenciado em nosso tempo histórico e social, mas pelo qual devemos esperar e lutar sempre – por nós, por respeito aos que vieram antes e por amor aos que virão depois.

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PARCERIAS COM A REBEDH

A EDH é compreendida como um processo contínuo de formação crítica, ética e política, que visa o reconhecimento e a valorização da dignidade humana. A EDH ultrapassa os limites da

sala de aula tradicional e se insere como prática social e política, promovendo o engajamento e a ação coletiva.

Desde sua criação, a ReBEDH contribuiu de forma decisiva para a institucionalização da EDH como política pública. A participação ativa de suas/seus/sus membras/os/es na elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2003, e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), em 2013, foi fundamental para inserir a temática nas agendas de governos e instituições de ensino. Esses documentos orientam políticas educacionais em todos os níveis e têm impacto direto nas práticas escolares, acadêmicas e comunitárias.

A criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) e sua reinstauração, em 2023, obtiveram forte protagonismo da ReBEDH. Essa atuação comprova a importância da organização enquanto articuladora entre movimentos sociais e estruturas institucionais do Estado. Dessa forma, o engajamento político da ReBEDH permitiu avanços significativos na institucionalização da EDH como política pública no país.

Além da atuação de apoio às políticas públicas voltadas para a EDH no Brasil, a ReBEDH trabalha em parceria com universidades e institutos federais, no sentido de promover a EDH por meio da extensão universitária, como um dos pilares do tripé ensino-pesquisa-extensão e como um canal privilegiado para o desenvolvimento da EDH. A extensão universitária é compreendida como instrumento de democratização do conhecimento, de escuta dos territórios e de transformação social.

Por meio de programas e projetos extensionistas, as IES se abrem à comunidade, escutam as demandas sociais e contribuem com soluções críticas e emancipatórias. A ReBEDH reconhece na extensão um instrumento de diálogo e articulação com os territórios, fortalecendo a EDH como uma prática cotidiana e transformadora e, além disso, atuando em parceria com ações extensionistas no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Nos últimos anos, a relação da ReBEDH com universidades tem se fortalecido. Nesse contexto, a atuação em projetos de extensão, a produção de conhecimento e a participação em eventos acadêmicos consolidaram uma Rede colaborativa de formação e militância em EDH. Logo, diversas universidades públicas e privadas possuem núcleos e grupos de pesquisa articulados à ReBEDH, desenvolvendo cursos, encontros, oficinas e publicações em parceria.

REARTICULAÇÃO E ENFRENTAMENTO DOS RETROCESSOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDH

Em regra, a ReBEDH atua no fortalecimento da EDH no Brasil, como um campo teórico e conceitual, como uma política pública e como ações práticas, concretas e materiais que devem ser vivenciadas dentro e fora das escolas. Esse movimento é realizado por meio de cursos, eventos, congressos, encontros, *lives*, reuniões, programas, participações em comissões, comitês, grupos de trabalhos, publicações e outras.

Em maio de 1997, a ReBEDH organizou o 1º Congresso de Educação, Direitos Humanos e Cidadania, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que teve a participação de representantes de 13 estados brasileiros, além de conferencistas de outros países, em um total de 1.200 participantes, constituindo-se em um grande feito para o momento político e para a história da EDH.

Ao longo dessa jornada, a ReBEDH, tendo como foco a formação na área, influenciou a criação do CNEDH em 2003, na Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que contou com a participação de vários dos seus integrantes. O principal objetivo do Comitê foi elaborar o PNEDH, como primeira política pública na área, e, dez anos depois, as DNEDH, de 2013. Além de diversos documentos e normativas para a EDH no Brasil, ainda possuímos a Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos do Ministério da Educação e a Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – em relação com as lutas e atuação da ReBEDH.

No entanto, no início dos anos 2000, várias/os/es membras/os/es da ReBEDH participavam do CNEDH e se engajaram no movimento de construção da política pública de EDH. Por isso, em função dos acentuados trabalhos no Comitê, houve um esfriamento/arrefecimento das ações da ReBEDH e sua posterior desativação no final dessa década. Ainda assim, podemos afirmar que a ReBEDH contribuiu para a construção das Políticas Públicas para EDH e, além disso, continua lutando para a permanência e consolidação delas, uma vez que são constantemente atacadas.

Em 2020, a ReBEDH foi reativada, em função dos retrocessos que o Brasil vivenciou no campo dos direitos humanos e da EDH. Primeiramente, a partir do golpe jurídico e político que depôs a ex-presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente, com a ascensão de governos de perfil ultraliberal, teocrático, civil-militar e conservador – refratários aos direitos humanos, que

desconsideraram totalmente a ciência e os conhecimentos historicamente acumulados, além de atacar ferozmente as instituições públicas, sobretudo as educacionais, culturais e artísticas. Assim, este grupo de educadores/as/ies que fundou a ReBEDH agregou mais pessoas e reativou a Rede.

Remotamente em 2020, realizamos o “I Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos: uma rede em Construção”; em 2021, realizamos o “II Encontro Nacional da Rede Brasileira da Educação em Direitos Humanos: Democracia e educação em direitos humanos: por uma outra sociedade”; em 2022, os estados organizaram seus encontros regionais; em 2024, realizamos o encontro “Educação em Direitos Humanos: diversidades e equidade nas políticas educacionais”, além de diversas *lives* e cursos ofertados em parceria com instituições educacionais públicas e com o Ministério da Educação (MEC).

Ademais, a ReBEDH teve participação ativa na reinstauração do Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos (CNECDH), em 2023, instituído pelo Decreto nº 11.851, de 26 de dezembro de 2023. Nesse contexto, a ReBEDH integra a composição do Comitê enquanto entidade da sociedade civil e dos movimentos sociais, tendo como membras que representam a Rede as professoras Maria de Nazaré Tavares Zenaide (titular) e Ana Elizabeth Costa Gomes (suplente), conforme Portaria nº 1.174, de 16 de setembro de 2024, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDCH). O CNECDH é responsável por subsidiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de EDH. Além disso, esse Comitê participa do processo de construção do novo PNEDH.

Assim, a ReBEDH vem crescendo e se fortalecendo, especialmente ao agregar novas pessoas e instituições em sua composição, recuperando seu protagonismo nas ações de EDH e se institucionalizando formalmente por meio de Estatuto Social, Conselho Fiscal, CNPJ *etc.* Nesse horizonte, a ReBEDH possui 1.248 pessoas e 117 entidades associadas, além de coordenações e articulações em todos os estados brasileiros, que juntas tecem essa Rede de promoção da EDH, de afirmação de conceitos que a nós são muito caros: democracia, cidadania, equidade e justiça socioambiental. Para complementação, as coordenadoras nacionais da Rede são as professoras Aída Monteiro Silva e Maria Nazaré Zenaide.

Não obstante, os desafios enfrentados pela EDH no Brasil incluem a resistência de setores conservadores, os ataques às universidades públicas e às políticas educacionais inclusivas. Assim, a EDH é constantemente atacada sob o argumento de ideologização, quando, na verdade, propõe o reconhecimento da diversidade, da dignidade e da justiça. Nesse contexto, a ReBEDH se posiciona

como resistência organizada e ativa frente a esses retrocessos. Suas estratégias envolvem a formação continuada, o fortalecimento institucional, o diálogo com instituições públicas, o uso das tecnologias digitais e o apoio à pesquisa acadêmica. Para o futuro, a consolidação de comitês estaduais, a expansão das parcerias com universidades e a incidência nas políticas educacionais são metas prioritárias da Rede.

AS EXPERIÊNCIAS DA REBEDH EM MINAS GERAIS

Em suma, Minas Gerais tornou-se um importante polo de articulação da ReBEDH. A coordenação coletiva estadual é composta pelas professoras Ana Carolina Corrêa Salvio, vinculada ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Aline Choucair Vaz, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e pelo professor Luciano Mendes de Faria Filho, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como pelas/os/us coordenadoras/es/ies dos diversos grupos de trabalhos e demais associadas/os/es. Estes, inclusive, que se destacam por conduzir, de forma empenhada e colaborativa, ações que fortalecem a presença da EDH nos espaços coletivos, públicos e educacionais mineiros. Assim, o Estado de MG tem se tornado referência no fortalecimento das ações da Rede, por meio de parcerias estratégicas com instituições de ensino e iniciativas de extensão universitária.

A propósito, a ReBEDH no Estado de MG possui 91 associadas/os/es e colaboradoras/es/ies, bem como cinco entidades, sendo elas: Centro de Referência para a Educação em Direitos Humanos – CEREDH, São João del-Rei/MG; Comunidade indígena Carajá de Minas, Belo Horizonte/MG; Movimento Nacional de Direitos Humanos em Minas Gerais, Belo Horizonte/MG; Museu Antropológico do Vale do São Francisco, Belo Horizonte/MG; Núcleo de Estudos Espaço Feminino, Montes Claros/MG. De modo geral, essas entidades desenvolvem diversas ações com foco na promoção da EDH no estado mineiro.

As ações da ReBEDH-MG têm sido organizadas por meio de grupos de trabalho (GT). O GT de Comunicação, por exemplo, é coordenado pelo professor José Heleno Ferreira, responsável pelo programa de entrevistas “EDH Diálogos”, transmitido pelo nosso canal no *YouTube*: @ReBEDH – Coordenação Minas Gerais. Essa transmissão ocorre mensalmente, na terceira terça-feira de cada mês, e aborda as mais diversas temáticas em direitos humanos. Semelhantemente, há o programa “EDH Diálogos – Provoca”, um desdobramento do programa “EDH Diálogos”, com o

mesmo formato, porém com frequência pontual, que aborda temas de grande relevância para o momento. Outrossim, transmitimos o “EDH Diálogos – Momentos”, que consiste em recortes de vídeos das entrevistas principais, com o objetivo de destacar as principais falas das/os/es entrevistadas/os/es e com divulgação adaptada ao *layout* dos vídeos curtos. Ainda, temos o programa de entrevistas semanal “Direito de ter Direitos”, coordenado e apresentado pelo professor Luiz Carlos Castello Branco Rena, o qual é transmitido no canal da ReBEDH-MG no *YouTube* e retransmitido pela rádio Alternativa de Itapuranga/GO. Além da rádio, esse programa possui a parceria dos Franciscanos de Santa Maria dos Anjos e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim/MG.

Enquanto isso, o GT de Formação é coordenado pela professora Flávia Rabelo Beghini e pelo professor Luciano Mendes de Faria Filho, o qual promove anualmente um curso on-line sobre EDH, em parceria com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG; a primeira oferta ocorreu no ano de 2023. O objetivo é promover ações e reflexões, atuando na formação de valores de direitos humanos e cidadania, na consciência cidadã e democrática, no respeito e na valorização da diversidade, no conhecimento e na prática dos direitos, bem como no fortalecimento do convívio democrático.

Por outro lado, o GT de Finanças é coordenado pela professora Aline Choucair Vaz, vinculada à UEMG. Nesse cenário, faz-se necessário enfatizar que as ações da ReBEDH-MG, no ano de 2025, foram alavancadas pela destinação da emenda parlamentar da deputada estadual Beatriz Cerqueira, operacionalizada pela UEMG, conforme o Edital Proex nº 4/2025 (UEMG, 2025). Isso concluiu-se com vistas ao custeamento de bolsas, bem como ao I Encontro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos de Minas Gerais, previsto para novembro de 2025, na cidade de Juiz de Fora/MG; esse evento será organizado pelo GT de Eventos, coordenado pela professora Ana Carolina Corrêa Salvio.

Logo, a atuação extensionista da ReBEDH, com apoio do mandato da deputada Beatriz Cerqueira e da UEMG, por meio do referido Edital Proex, possibilita a implementação de ações concretas em diversas regiões do estado, promovendo a EDH como política pública territorializada. A organização do I Encontro Estadual da ReBEDH-MG, em Juiz de Fora/MG, é um marco desse processo, que visa reunir educadoras/es/ies, gestoras/es/ies, estudantes e militantes em prol de uma educação transformadora e plural.

Outrossim, o GT de Publicações é coordenado pela professora Maria Marques. Esse GT organiza a “Coleção: Educação em Direitos Humanos”, que consiste em publicações de livros impressos e digitais, em parceria com a Editora Escola Cidadã. Essa Coleção busca refletir sobre os desafios e as possibilidades da EDH como um instrumento de transformação social, abordando temas como justiça social, equidade, diversidade, cidadania, inclusão e cultura de paz.

Além disso, a ReBEDH-MG vem participando de diversos espaços de formação, discussão e reflexão sobre a EDH, estabelecendo um estreito diálogo com a Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais (ALMG), especialmente por meio da realização de audiências públicas que discutem a EDH, sobretudo na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e Comissão de Direitos Humanos. Ademais, a Rede participa ativamente de campanhas contra o modelo das escolas cívico-militares, proposto pelo governo do Estado de MG, que pretende mudar o modelo das escolas estaduais.

Destarte, a ReBEDH-MG demonstra permanente interesse e atuação no fortalecimento e na articulação das Conferências de Direitos Humanos em suas diversas instâncias – municipais, estadual, livres e nacional –, compreendendo esses espaços como fundamentais para a construção coletiva de políticas públicas pautadas na justiça social, na equidade e na promoção dos direitos humanos. A Rede se engaja ativamente em processos preparatórios, nas mobilizações locais e nas deliberações desses eventos, contribuindo com reflexões críticas e propostas voltadas à efetivação da EDH como eixo estruturante das políticas públicas. Além disso, busca incentivar a participação popular e o diálogo entre sociedade civil e poder público, reafirmando seu compromisso com a democracia e com a garantia dos direitos de todas as pessoas.

Somado a isso, a ReBEDH-MG promove formações nos mais diversos formatos em EDH. Sua participação fundamenta-se com base nas diretrizes construídas pela Rede de eventos nacionais e estaduais, de forma a promover a articulação entre saberes acadêmicos e populares, em uma perspectiva crítica e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ReBEDH é uma das principais referências nacionais em EDH, combinando a militância dos movimentos sociais com a produção acadêmica e a prática extensionista das instituições de educação básica e ensino superior brasileiras. Em tempos de retrocessos democráticos,

desvalorização da ciência, ataques sistemáticos às instituições, ao Estado democrático de direitos e à soberania nacional, a parceria entre sociedade civil e organizações educacionais torna-se ainda mais estratégica, podendo produzir impactos reais na vida das pessoas e no fortalecimento de nossa nação.

A Rede reafirma seu compromisso ético, político e formativo com a EDH como prática transformadora e caminho de resistência às injustiças sociais. Mais do que ensinar sobre direitos, a EDH propõe vivenciá-los. Educar em e para os direitos humanos é reconhecer a dignidade do outro, promover a equidade e construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Educar em direitos humanos não é apenas transmitir conteúdos, trata-se de construir ambientes que promovam a dignidade, o afeto, a justiça e a pluralidade. Desse modo, reiteramos nossa aposta na EDH como ferramenta de transformação social.

A EDH, promovida por essa articulação, transforma escolas, universidades e territórios em espaços de dignidade, diálogo e justiça. A história da ReBEDH demonstra que a transformação social exige articulação coletiva, formação crítica e compromisso ético com os direitos humanos. Em um país marcado por desigualdades históricas e violências estruturais, a EDH representa não apenas uma necessidade, mas uma urgência. Por isso, seguimos afirmando que a EDH é práxis, é afeto, é política, é resistência. Além disso, a ReBEDH segue sendo uma rede viva, plural e em permanente construção, comprometida com o sonho possível de um Brasil para todos, todas e todes.

Por fim, convidamos todas as pessoas comprometidas com a humanização da vida, a resistência às desigualdades e a luta por justiça socioambiental a somarem forças nesta caminhada coletiva, fazendo parte da ReBEDH. Nesse sentido, como afirma Dom Helder Câmara (TV Aparecida, 2023), o segredo para a juventude eterna é ter uma causa a que dedicar a vida; assim, a EDH configura essa causa.

Para conhecer mais sobre a ReBEDH, visite nosso site: www.rebedh.com.br e nossas redes sociais: *Facebook* – Rebedh Gerais, *Instagram* – @rebedh.mg, *YouTube* – @ReBEDH – Coordenação Minas Gerais. Venha com a gente!

“A liberdade é pouco, o que eu desejo ainda não tem nome” (Clarice Lispector, 1964, p. 61).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: MDHC, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-em-direitos-humanos>. Acesso em: 5 maio 2025.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: MDH; CNEDH, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1964.
- SKANK. Skank – esmola (áudio oficial). **YouTube**, 18 ago. 2022. 2min40s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NOHiF42nSpk&list=RDNOHiF42nSpk&start_radio=1. Acesso em: 30 jul. 2025.
- TV APARECIDA. Arquivo A: vida e obra de Dom Helder Câmara. **YouTube**, 5 set. 2023. 53min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=43Xo7R2OCEc>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- UEMG. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Edital PROEX nº 4/2025**. Projeto da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – Coordenação Minas Gerais: implantação de ações e políticas públicas sobre Educação e Direitos Humanos no estado de MG! Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais; UEMG; Coordenadoria de Bolsas de Extensão e Registro, 2025. Disponível em: <https://uemg.br/component/phocadownload/category/4051-edital-proex-n-4-2025>. Acesso em: 12 ago. 2025.